

A Importância do Artigo 14 da Lei Maria da Penha: Um Olhar Jurídico

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | agosto 23, 2024



Introdução

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, é um marco na proteção dos direitos das mulheres no Brasil, especialmente no combate à violência doméstica e familiar. O artigo 14 dessa lei é crucial, pois estabelece a possibilidade de criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos

especializados da Justiça Ordinária com competência cível e criminal. Além disso, o parágrafo único do artigo permite a realização de atos processuais em horário noturno, conforme normas de organização judiciária. Este artigo é fundamental para garantir uma justiça mais eficaz e sensível às particularidades dos casos de violência de gênero.

Artigo 14: Disposições e Importância

Texto do Artigo 14

O artigo 14 da Lei Maria da Penha estabelece:

“Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.”

Criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar

O artigo 14 possibilita a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados. Esses juizados são órgãos especializados que possuem competência tanto cível quanto criminal para tratar das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Competência Cível e Criminal

A competência cível e criminal desses juizados é um aspecto

crucial. Isso significa que eles podem tratar de uma ampla gama de questões relacionadas à violência doméstica, incluindo medidas protetivas de urgência, ações de indenização por danos morais e materiais, e a responsabilização criminal do agressor. Essa dualidade de competências permite uma abordagem mais integrada e eficaz na resolução dos casos.

Especialização e Sensibilidade

A especialização dos juizados é fundamental para garantir uma resposta judicial mais sensível e adequada às particularidades dos casos de violência doméstica. Juízes, promotores e demais profissionais envolvidos nesses juizados são, em geral, capacitados para lidar com as especificidades da violência de gênero, o que contribui para uma justiça mais humanizada e eficaz.

Realização de Atos Processuais em Horário Noturno

O parágrafo único do artigo 14 permite que os atos processuais sejam realizados em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária. Esta disposição é importante para garantir a celeridade e a efetividade das medidas judiciais, especialmente em situações de urgência.

Celeridade Processual

A possibilidade de realização de atos processuais em horário noturno contribui para a celeridade dos processos, permitindo que medidas urgentes sejam adotadas sem a necessidade de aguardar o expediente normal do judiciário. Isso é particularmente relevante em casos de violência doméstica, onde a rapidez na tomada de decisões pode ser crucial para a proteção das vítimas.

Flexibilidade e Acesso à Justiça

A realização de atos processuais em horários alternativos

também proporciona maior flexibilidade e acesso à justiça, permitindo que as partes envolvidas possam participar dos procedimentos em horários que não interfiram com suas atividades diárias, como trabalho e cuidados com os filhos.

Importância da Criação dos Juizados

Eficiência e Agilidade

A criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher contribui para a eficiência e agilidade na tramitação dos processos. Ao concentrar os casos em órgãos especializados, é possível reduzir o tempo de tramitação e garantir uma resposta mais rápida às demandas das vítimas.

Proteção Integrada

A competência cível e criminal dos juizados permite uma abordagem integrada na proteção das vítimas. Isso significa que medidas protetivas, ações de reparação de danos e a responsabilização criminal do agressor podem ser tratadas de maneira coordenada, oferecendo uma proteção mais abrangente e eficaz.

Acesso à Justiça

Os juizados especializados facilitam o acesso à justiça para as vítimas de violência doméstica. A especialização e a capacitação dos profissionais envolvidos contribuem para um atendimento mais acolhedor e eficiente, encorajando mais mulheres a denunciarem a violência e buscarem proteção.

Prevenção e Educação

Além de julgar os casos, os juizados especializados podem desempenhar um papel importante na prevenção da violência doméstica e na educação da sociedade. A atuação desses órgãos pode incluir campanhas de conscientização, programas de reabilitação para agressores e iniciativas educativas que promovam a igualdade de gênero e o respeito aos direitos das

mulheres.

Conclusão

O artigo 14 da Lei Maria da Penha é fundamental para a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos especializados com competência cível e criminal. A especialização desses juizados contribui para uma justiça mais eficiente, sensível e integrada, garantindo uma resposta judicial mais adequada às particularidades dos casos de violência de gênero. Além disso, a possibilidade de realização de atos processuais em horário noturno assegura a celeridade e a efetividade das medidas judiciais. Portanto, o artigo 14 é um pilar essencial na luta contra a violência de gênero no Brasil, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e segura para todas as mulheres.